

**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO SINDICAL
FRENTE AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO
CONGRESSO NACIONAL QUE RETIRAM
DIREITOS DOS TRABALHADORES**

OBJETIVOS:

Importância da atuação sindical na luta pelos direitos;

55 Projetos que ameaçam os direitos dos trabalhadores:

Reforma da Previdência;

PLP 257/2016

IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO SINDICAL NA LUTA PELOS DIREITOS

Frente a um Congresso conservador:

• **Iniciou tendo a frente o deputado Eduardo Cunha agora o deputado Maranhão que num dia anula o impeachment e em 12 horas anula a sua própria decisão;**

- **+ de 300 parlamentares respondendo processo a maioria na lista da lava-jato;**
 - **os trabalhadores perderam as eleições, havia na 54ª legislatura , 86 representantes e atualmente na 55ª legislatura restaram 45 parlamentares;**
 - **votação do impeachment (17/04) presenciamos um espetáculo de circo fruto de uma vingança do Cunha.**

No Senado Federal

- No Senado não foi diferente, 55 votos contra 22 reafirmaram a decisão da Câmara.
- Vimos e ouvimos de tudo, menos um argumento concreto que justificasse o impeachment.
- Agora em até 6 meses teremos o julgamento para o afastamento definitivo ou não da presidenta Dilma.
- Estamos esperançosos, 6 senadores votaram pela admissibilidade basta que 2 ou 3 mudem de voto no mérito e eles não terão os 54 votos que precisam para GOLPEAR a democracia.



Direitos ameaçados no Congresso Nacional

Enquanto o impeachment prossegue, precisamos estar em estado de alerta, pois há aproximadamente 60 projetos tramitando em ambas as Casas contra os trabalhadores.

53 PROJETOS QUE AMEAÇAM OS DIREITOS DOS TRABALHADORES (Fonte: DIAP)

1 – Regulamentação da terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho:

PL 4302/98 (Câmara), Autor: Poder Executivo

Aguardando designação de Relator na CCJ.

PLC 30/2015 (Senado), Autor: Dep. Sandro Mabel - PL 4330/2004

Aguardando parecer do Relator Sen. Paulo Paim (PT-RS) na CEDN.

PLS 87/2010 (Senado), Autor: Sem. Eduardo Azeredo

PLS anexado ao PLC 30/2015.

2 – Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos:

PEC 18/2011 (Câmara), Autor: Dep. Dilceu Sperafico (PP-PR)

Aguardando designação de Relator na CCJ.

3 – Instituição do Acordo extrajudicial de trabalho permitindo a negociação direta entre empregado e empregador

PL 427/2015 (Câmara), Autor: Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Aguardando designação de Relator na CTASP.

4 – Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho

PL 948/2011 (Câmara), Autor: Dep. Laercio Oliveira (PR-SE)

Apensado ao PL 6431/09 - Aguardando designação de Relator na CTASP.

PL 7549/2014 (Câmara), Autor: Dep. Gorete Pereira (PR-CE)

Aguardando designação de Relator na CTASP.

5 – Suspensão de contrato de trabalho

PL 1875/2015 (Câmara), Autor: Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO) – PLS 62/2013

Aguardando designação de Relator na CTASP.

6 – Prevalência do negociado sobre o legislado

PL 4193/2012 (Câmara), Autor: Dep. Irajá Abreu (PSD-TO)

Aguardando designação de Relator na CTASP.

**7 – Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM PL 7341/2014 (Câmara), Autor: Dep. Diego Andrade (PSD-MG)
Apensado ao PL 4193/2012 - Aguardando designação de Relator na CTASP.**

**8 – Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato
PL 8294/2014 (Câmara), Autor: Dep. Fábio Ramalho (PV-MG)
Aguardando designação de Relator na CTASP.**

**9 – Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora
PL 3785/2012 (Câmara), Autor: Dep. Laercio Oliveira (PR-SE)
Apensado ao PL 4132/2012 - Aguardando designação de Relator na CTASP.**

**10 – Estabelecimento do Código de Trabalho
PL 1463/2011 (Câmara), Autor: Dep. Silvio Costa (PTB-PE)
Aguardando Constituição de Comissão Especial.**

11 – Redução da jornada com redução de salários
PL 5019/2009 (Câmara), Autor: Dep. Júlio Delgado (PSB-MG)
Aguardando designação de Relator na CTASP.

12 – Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos
PL 6411/2013 (Câmara), Autor: Dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT)
Aguardando designação de Relator na CTASP.

13 – Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores
PL 6906/2013 (Câmara), Autor: Sen. Rodrigo Rollenberg (PSB/DF) – PLS 478/2012
Aguardando designação de Relator na CSSF.

14 – Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal

PL 3842/2012 (Câmara), Autor: Dep. Moreira Mendes (PSD/RO)

Apensado ao PL 5016/2005 – Aguardando designação de Relator na CTASP.

PL 5016/2005 (Câmara), Autor: Sen. Tasso Jereissati (PSDB/CE) – PLS 208/2003
Aguardando designação de Relator na CTASP.

PLS 432/2013 (Senado), Autor: COMISSÃO - ATN N° 2, de 2013 - Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da CF.
Aguardando parecer do Relator Sen. Paulo Paim.

15 – Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos

PL 450/2015 (Câmara), Autor: Júlio Delgado (PSB/MG)

Aguardando designação de Relator na CTASP.

16 – Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa
PLP 51/2007 (Câmara), Autor: Dep. José Carlos Machado (DEM/SE)
Aguardando designação de Relator na CCT.
PLS 550/2015 (Senado), Autor: Sen. Cassio Cunha Lima (PSDB/PB)
Pronto para Pauta do Plenário do Senado.

17 – **Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos**

PDC 1408/2013 (Câmara), Autor: Dep. Silvio Costa (PSC/PE)

Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.

PDS 43/2015 (Senado), Autor: Sen. Cassio Cunha Lima (PSDB/PB)

Matéria pronta para a Pauta na CCJ, com voto do Senador Douglas Cintra favorável ao Projeto.

18 – Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica

PL 5140/2005 (Câmara), Autor: Dep. Marcelo Barbieri (PMDB/SP)

Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

19 – Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho

PL 2409/2011 (Câmara), Autor: Dep. Roberto Balestra (PP/GO)

Aguardando designação de Relator na CTASP.

20 – Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto

PDC 1358/2013 (Câmara), Autor: Dep. Domingos Sávio (PSDB/MG)

Aguardando designação de Relator na CTASP.

21 – Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário

PDC 1615/2014 (Câmara), Autor: Dep. Laércio Oliveira (SD/SE)

Aguardando designação de Relator na CCJC.

22 – Estabelecimento da jornada flexível de trabalho

PL 2820/2015 (Câmara), Autor: Dep. Doulart (PSD/SP) e Dep. Rogério Rosso (PSD/DF)

Apensado ao PL 4653/1994 – Aguardando designação de Relator na CSSF

PL 726/2015 (Câmara), Autor: Dep. Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE)

Apensado ao PL 4653/1994 – Aguardando designação de Relator na CSSF

23 – Estabelecimento do trabalho de curta duração

PL 3342/2015 (Câmara), Autor: Laercio Oliveira (SD/SE)

Aguardando designação de Relator na CTASP

24 – Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal

PEC 127/2015 (Senado), Autor: Sen. José Pimentel (PT/CE) e outros

Pronto para deliberação na CCJC

25 – Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil

PL 3871/2015 (Câmara), Autor: Dep. Alexandre Leite (DEM/SP)

Aguardando designação de Relator na CTASP

26 – Reforma da execução trabalhista

PL 3146/2015 (Câmara), Autor: Sen. Romero Jucá (PMDB/RR) – PLS 606/2011

Aguardando designação de Relator na CTASP

27 – Substitutivo apresentado na CAPADR estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural

PL 5288/2009 (Câmara), Autor: Dep. Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Aguardando designação de Relator na CCJC

28 – Alteração da Lei 5.889/1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização

PLS 208/2012 (Senado), Autor: Sen. Blairo Maggi (PR/MT)

Aguardando Leitura de Requerimento de tramitação conjunta com o PLS 627/2015.

29 – Alteração da Lei no 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse

PLS 251/2010 (Senado), Autor: Sen. Kátia Abreu (PMDB/TO)

Aguardando designação de Relator na CCJC

30 – Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade

PLS 107/2011 (Senado), Autor: Sen. Kátia Abreu (PMDB/TO)

Pronto para a Pauta na CAE

31 – Regulamentação da compra de terra por estrangeiros
PL 4059/2012 (Câmara), Autor: Comissão de Agricultura, Pecuária,
Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Apensado ao PL 2289/2007 – Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

32 – Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de
informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se
der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício
PLC 34/2015 (Senado), Autor: Dep. Luiz Carlos Heinze
Aguardando parecer do Relator Sen. Ronaldo Caiado na CRA

33 – **Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho**
PLP 248/1998 (Câmara), Autor: Poder Executivo
Pronto para Pauta no Plenário da Câmara

34 – Instituição de limite de despesa com pessoal
PLP 1/2007 (Câmara), Autor: Poder Executivo
Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

35 – Instituição de limite de despesa com pessoal
PLP 1/2007 (Câmara), Autor: Poder Executivo
Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

36 – Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores
PLS 710/2011 (Senado), Autor: Sem. Aloysio Nunes (PSDB/SP)
Aguardando parecer do Relator, Sen. Romero Jucá, na CCJ
PLS 327/2014 (Senado), Autor: Comissão - ATN N° 2, de 2013 - Consolidação da
Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da CF.
Pronto para Pauta no Plenário do Senado
PL 4497/2001 (Câmara), Autor: Dep. Rita Camata (PMDB/ES)
Apensado ao PL 3831/2015 – Aguardando designação de relator na CCJC

37 – Extinção do abono de permanência para o servidor público
PEC 139/2015 (Câmara), Autor: Poder Executivo
Aguardando designação de relator na CCJC

38 – Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal e estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão

PL 6726/2013 (Câmara), Autor: Dep. Mendonça Filho (DEM/PE)

Apensado ao PL 4567/2016 – Aguardando Parecer da Comissão Especial do PL 4567/2016

39 – Estabelecimento de independência do Banco Central

PEC 43/2015 (Senado), Autor: Sen. Romero Jucá (PMDB/RR)

Aguardando designação de Relator na CCJ

40 – Privatização de todas as empresas públicas

PL 4918/2016 (Câmara), Autor: Comissão - ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Apensado ao PL 397/2015 – Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

41 – Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos

PLS 388/2015 (Senado), Autor: Paulo Bauer

Aprovado no Senado, aguardando envio à Câmara

42 – Estabelecimento do Código de Mineração

PL 37/2011 (Câmara), Autor: Weliton Prado (PT/MG)

Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

43 – Demarcação de terras indígenas

PEC 215/2000 (Câmara), Autor: Almir Sá (PPB/RR)

Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

44 – Cancelamento da política de Participação Social

PDS 147/2014 (Senado), Autor: Dep. Mendonça Filho e outros

Pronto para Pauta na CCJ, com parecer do Relator Sen. Ronaldo

Caiado Favorável ao projeto

45 – Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde

PL 5069/2013 (Câmara), Autor: Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e outros
Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

46 – Retirada do texto das políticas públicas do termo "gênero" e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas

MPV 696/2015 (Senado), Autor: Poder Executivo

Sancionada Lei nº 13.266/2016 - Transformada em Norma Jurídica com Veto Parcial

47 – Instituição do Estatuto do Nascituro - provavelmente maior ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal

PL 478/2007 (Câmara), Autor: Luis Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG)

Aguardando designação de relator na CCJC

48 – Instituição do Estatuto da Família - retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família - ficam fora do alcance de políticas do Estado

PL 6583/2013 (Câmara), Autor: Anderson Ferreira (PR/PE)

Aguardando parecer da Comissão Especial

49 – Redução da maioria penal

PEC 115/2015 (Senado), Autor: Dep. Benedito Domingos

Pronto para Pauta na CCJ , com parecer do Relator, Sen. Ricardo Ferraço, com voto favorável

50 – Instituição do Estatuto do desarmamento

PL 3722/2012 (Câmara), Autor: Dep. Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC)

Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

51 – Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais

PLS 513/2011 (Senado), Autor: Sen. Vicentinho Alves (PR/TO)

Aguardando parecer do Relator, Sen. Paulo Paim, na CDH

52 – Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo

PL 2517/2015 (Câmara), Autor: Sen. José Serra (PSDB/SP) – PLS 333/2015

Apensado ao Pl 7197/2002 – Aguardando parecer da Comissão Especial

53 – Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais

PRC 191/2009 (Câmara), Autor: Eduardo Cunha (PMDB/RJ)

Pronto para Pauta do Plenário da Câmara

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Reforma da Previdência Social visa retirar direitos dos trabalhadores do setor privado, urbanos, rurais e dos servidores públicos.

- 1** – Fixar em 65 anos como idade mínima para homens e mulheres
- 2** – Desindexar o salário mínimo de todos os benefícios sociais e retirar o aumento real conforme o PIB até dos aposentados que recebem 1 (um) salário mínimo;
- 3** – Acabaram com o Ministério da Previdência;
- 4** – Pensões por morte, a viúva recebe somente a metade (50%);
- 5** – Previdência rural;
- 6** – Convergência dos sistemas previdenciários.
- 7**- Aumentar a contribuição dos trabalhadores;

EVENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



ENCAMINHAMENTOS DO EVENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1) que seja devolvido o Ministério da Previdência Social ao povo brasileiro. A única reforma viável é na forma de arrecadação, cessando o prejuízo dos beneficiários da Seguridade Social em razão de políticas econômicas. Logo, que seja o fim das desonerações, desvinculações, isenções e renúncias, melhorando a gestão da arrecadação, sem redução de direitos sociais;

2) elaboração da carta de lançamento desta frente parlamentar, cuja aprovação será realizada na próxima terça-feira, dia 07/06, as 15h00, na CDH do Senado Federal;

ENCAMINHAMENTOS DO EVENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

3) reuniões em todas as regiões brasileiras, nas principais capitais, levando a todo o Brasil a necessidade de engajamento nessa luta, não permitindo o desmonte da nossa previdência e outros temas como a violência contra as mulheres, o negociado sobre o legislado e a precarização pela terceirização;

4) reuniões semanais do grupo de trabalho às terças-feiras, na CDH do Senado Federal, visando a elaboração de estudos em todas as áreas, no objetivo de chegar a uma conclusão que atenda às necessidades da nossa sociedade;

ENCAMINHAMENTOS DO EVENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- 5) atuação com os parlamentares levando o esclarecimento e buscando o apoio, de forma apartidária e democrática, intersindical e democrática;
- 6) redação de proposta de alterações na legislação concernentes ao aprimoramento e melhoria da gestão dos recursos da seguridade social e previdência;

Este Projeto terá que ser rejeitado, pois pretende que os servidores públicos arquem com as dívidas dos Estados. Eles não são responsáveis pela má administração dos Governadores.

Vejamos as maldades:

EFEITOS DO PLP 257/2016

- Rigoroso ajuste fiscal;
- Privatizações;
- Reforma da previdência nos estados;
- Congelamento de salários;
- Corte de dezenas de direitos sociais;
- Nenhum reajuste salarial aos servidores públicos;
- Elevação da alíquota previdenciária;
- Paralisação na admissão de pessoal;
- Limite no crescimento de despesas correntes;

EFEITOS DO PLP 257/2016

- Proibição de concessão ou ampliação de incentivos fiscais;
- Redução em 10% despesas com cargos de livre provimento;
- Instituição de Previdência Complementar;
- Instituição de monitoramento fiscal;
- Avaliação periódica de suas políticas públicas;
- Regime jurídico dos Estados com limitações estabelecida pela União;
- Limitação do acréscimo da despesa orçamentária em 80% da receita;

PONTE PARA O ABISMO (FUTURO)

- Desvinculação do Salário Mínimo;
- Reforma da Previdência Social;
- Desvinculação das verbas da saúde e educação;
- Negociado sobre o legislado;
- Terceirização;
- Fim da estabilidade para o servidor público;
- PLP 257/2016 – renegociação das Dívidas dos Estados;
- Regulamentar o trabalho escravo.
- Revogação da CLT.

ALGUMAS PRIORIDADES



- Reprovação do PLP 257/2016 – Renegociação das dívidas dos Estados;
- Aprovação da PEC 555/2006;
- Rejeição da PEC 36/2013 que extingue a contribuição sindical;
- Aprovação da redução de jornada para 40 horas semanais;
- Aprovação do PL Direito de Greve de nossa autoria;
- Valorização do servidor público nas 3 esferas (federal, estadual e municipal)

SAÍDAS PARA A CRISE

- **PEC 20/2016** – Antecipação das eleições (**2 anos**);
- **PEC 15/2016** – Reforma política, eleitoral e partidária (mandato de **5 anos** para todos);
- Tributação de grandes fortunas;
- Diminuir a taxa de juros;
- Reforma Tributária;
- ***Combater a sonegação, fraude e fortalecer a fiscalização;***
- Executar os grandes devedores da União (arrecadando mais de R\$ 500 bilhões, conforme os auditores);
- Fortalecer a democracia formando novos quadros para disputar as eleições de vereador à Presidência da República.

- ***Combater a sonegação, fraude e fortalecer a fiscalização;***

As medidas que compõem o estudo “Alternativas para enfrentar a crise fiscal – Propostas dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, podem ser implementadas imediatamente sem a necessidade de mudanças legislativas ou qualquer custo extraordinário.

De acordo com dados da própria Receita Federal existe um volume de R\$ 1,49 trilhão de créditos tributários de pessoas físicas e jurídicas em cobrança, que representam quase 22 vezes o valor que o Governo Federal precisa arrecadar, que é de R\$ 64,9 bilhões, para cobrir o déficit previsto na Lei Orçamentária Anual e a meta de superávit.

Do crédito total em cobrança, R\$ 1,17 trilhão são de cerca de 68 mil pessoas jurídicas, que possuem dívidas acima de R\$ 1 milhão. Também existem R\$ 235,56 bilhões de tributos devidos por pessoas jurídicas passíveis de cobrança imediata. “É sobre esse estoque de créditos em cobrança que a administração da Receita Federal deveria atuar de forma mais firme e imediata. O cenário de crise fiscal aguda exige da Administração da Receita Federal uma postura diferente, o foco nesse momento tem que ser a cobrança desse passivo tributário monstruoso”, reforça a presidenta do Sindireceita.

Frentes envolvendo parlamentares e entidades (sindicais e associativas em todas as esferas)

- 1º FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PREVIDENCIA SOCIAL;**
- 2º FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DOS TRABALHADORES RURAIS;**
- 3º FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;**
- 4º FRENTE PARLAMENTAR MISTA DOS HOMENS CONTRA A VIOLENCIA AS MULHERES;**
- 5º FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM COMBATE AS DISCRIMINAÇÕES;**
- 6º FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA JUVENTUDE;**
- 7º FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA;**
- 8º FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO.**

CALENDÁRIO ATUAL das Frentes (suprapartidária, intersindical, associações e movimento sociais)

- 16/06 – Curitiba /PR Assembleia Legislativa;**
- 17/06 – Florianópolis/SC Assembleia Legislativa;**
- 20/06 – Porto Alegre/RS Assembleia Legislativa;**



*As causas do nosso povo
são a razão da minha vida!*
Nem um direito a menos.

